



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



30-07-13

SEB

=====

52 TC-000953/026/11

Prefeitura Municipal: Itapuí.

Exercício: 2011.

Prefeito: José Gilberto Saggiaro.

Acompanha: TC-000953/126/11 e Expediente: TC-000766/002/11.

=====

Aplicação do Ensino – artigo 212 da CF	25,38%
Remuneração do Magistério – artigo 60, XII, do ADCT	52,74%
Recursos do FUNDEB – artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07	82,29%
Aplicação na Saúde – artigo 77, III e § 4º, do ADCT	18,10%
Despesa com Pessoal – artigo 20, III, “b”, da LRF	44,27%
Precatórios	Irregular
Transferências para a Câmara - artigo 29-A, § 2º, I, da CF	Regular
Encargos Sociais (PASEP e FGTS)	Regular
Subsídios dos Agentes Políticos	Regular
Resultado Orçamentário – Deficitário em 3,90%	(R\$ 997.065,68)
Resultado Financeiro Deficitário	(R\$ 4.917.413,69)
% de Investimentos (Investimentos+Inversões Financeiras : RCL)	3,24%

1. RELATÓRIO

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ**, exercício de 2011.

1.2 O relatório (fls. 24/64) da Fiscalização *in loco* promovida pela Unidade Regional de Bauru – UR.2 apontou o seguinte:

a) Planejamento das Políticas Públicas (fls. 25/26):

- falta de compatibilidade dos programas e ações previstos no PPA, LDO e LOA, em razão da adoção de unidades de medidas incorretas no relatório de atividades;

- autorização, na LOA, para abertura de créditos adicionais em 50% do orçamento das despesas;

- falta de recursos orçamentários que priorizem a criança e o adolescente;

- presença de equipamento público de difícil acesso às



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

b) Resultado da Execução Orçamentária (fls. 27/28):

- dados incorretamente lançados no Sistema AUDESP no que tange aos valores de duodécimos e da devolução pela Câmara Municipal;
- falta de adequado planejamento, em razão da abertura de créditos adicionais por anulação de dotação em percentual de 17,54%;
- sucessivos déficits orçamentários;
- déficit orçamentário de 3,90% não amparado por superávit financeiro registrado em exercício anterior;
- falta de contingenciamento de despesas;

c) Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial (fl. 28/29):

- resultados patrimonial e econômico irreais;
- déficit financeiro de R\$ 4.657.167,44, equivalente a quase 20% da arrecadação anual;

d) Dívida de Curto Prazo (fl. 29):

- índice de liquidez imediata de 0,07;

e) Dívida de Longo Prazo (fls. 30/31):

- inconsistência dos dados lançados no Sistema AUDESP;
- ocultação de saldo de precatórios a pagar (saldo incorreto);

f) Fiscalização de Receitas (fl. 31):

- divergências não justificadas em relação a receitas oriundas de transferências, desatendendo expressa recomendação;

g) Renúncia de Receitas (fls. 31/32):

- renúncia de receitas em desacordo com a Lei Complementar nº 101/00, em **reincidência**;

h) Dívida Ativa (fls. 33/34):

- falta de registro contábil de créditos inscritos em Dívida Ativa, distorcendo as peças contábeis;

i) Análise dos Limites e Condições da LRF (fls. 34/35):

- extrapolação da Dívida Consolidada Líquida, apresentando excesso a regularizar da monta de R\$ 20.005.243,41, em violação à Resolução nº 40/01, do Senado Federal (reincidência);

j) Ensino (fls. 35/41):

- aplicação de 52,74% dos recursos do FUNDEB com profissionais do magistério (índice também apurado pela Prefeitura Municipal);
- aplicação de 82,29% dos recursos totais do FUNDEB;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- falta de aplicação integral da parcela diferida do FUNDEB no primeiro trimestre de 2012;
- saldo bancário a menor em conta dos recursos do FUNDEB, da ordem de R\$ 4.018.876,87;
- falta de efetiva atuação do Conselho de FUNDEB nos 3º e 4º trimestres;
- falta de pagamento integral dos restos a pagar até 31-01-2012; empenhamento de despesas com recursos vinculados como recursos próprios; concessão de auxílio transporte a alunos que cursam o ensino técnico e superior;
- k) Saúde (fls.41/44):**
 - falta de pagamento integral dos restos a pagar até 31-01-2012;
 - empenhamento de despesas com recursos vinculados como recursos próprios;
 - falta de ações públicas para prevenção do avanço do índice de mães adolescentes;
 - falha na execução do Programa Saúde da Família, inclusive sem a presença de médicos em período integral;
- l) Royalties (fl. 44):**
 - falta de movimentação dos recursos de royalties por conta vinculada;
- m) Precatórios (fls. 45/46):**
 - falta de depósito integral;
 - falta de registro contábil, no Balanço Patrimonial, do saldo de precatórios devido (**reincidência**);
- n) Encargos (fls. 46/47):**
 - falta de desconto e recolhimento ao INSS de contribuição incidente sobre os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal (**reincidência**);
 - compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 956.549,10, sem homologação da Receita Federal do Brasil, expondo o Município à aplicação de multa de 50%, gerando, assim, um passivo decorrente dessa autuação;
- o) Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais (fls. 47/48):**
 - falta de controle no setor de tesouraria, quanto aos recursos do FUNDEB (**reincidência**);
 - disponibilidades financeiras depositadas em banco privado;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- falta de realização de levantamento geral de bens móveis e imóveis;

p) Transferências à Câmara dos Vereadores (fls. 48/49):

- divergências na contabilização dos recursos repassados à Câmara Municipal;

q) Ordem Cronológica de Pagamentos (fl. 49):

- quebra na ordem de pagamentos, em razão da existência de restos a pagar de exercícios anteriores;

r) Formalização das Licitações (fls. 49/50):

- falta de disponibilização de certames para verificação da fiscalização (**reincidência**);

s) Licitações – Falhas de Instrução (fls. 50/52):

- falta de observância de diversos ditames da Lei nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06 (**reincidência**);

- não disponibilização de dois processos à fiscalização, apesar de exaustivamente requisitados (**reincidência**);

- inexigibilidade de Licitação nº 01/2011: objeto não inserido no conceito de serviço singular; execução dos serviços com possível exposição do Município a aumentar seu passivo previdenciário;

t) Execução Contratual (fls. 53/55):

- execução insatisfatória de serviços contratados;

- falta de comprovação documental de atos exigidos;

- contratação de serviços que poderiam ser desempenhados por servidores do quadro da Origem;

u) Análise do Cumprimento das Exigências Legais (fls. 56/57):

- divulgação parcial, em sítio eletrônico, de demonstrativos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00;

- responsável pelo controle interno ocupando outras funções incompatíveis;

v) Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fl. 57):

- diversas falhas constatadas em relação aos dados fornecidos ao Sistema AUDESP;

w) Pessoal (fls. 57/58):

- falta de avaliação periódica de desempenho para fins de aquisição de estabilidade;

x) Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 59/60):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- falta de atendimento às requisições efetuadas pela equipe de fiscalização, com proposta de aplicação de multa por meio de autos próprios;
- não foram disponibilizados os processos para verificação;
- falta de envio de Cadastro de Obras;
- entrega intempestiva e de baixa qualidade dos dados informados ao Sistema AUDESP;
- atendimento parcial às recomendações;

1.3 Acompanha os autos o Expediente TC-000766/002/11, no qual a Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB comunica supostas irregularidades ocorridas no Município, relacionadas a contratações sem concurso, nomeações para cargos em comissão e construção de salas de aula em escola municipal.

A Fiscalização, após análise da documentação pertinente, concluiu como improcedentes os fatos apresentados na denúncia ofertada.

1.4 O **DD. Ministério Público de Contas** (fls.71), com fundamento no artigo 194 do Regimento Interno, solicitou a notificação do Responsável para apresentação de alegações e documentos de interesse.

1.5 Regularmente notificado (fl. 72, DOE-SP de 31-10-12), o Chefe do Executivo Municipal deixou de apresentar as justificativas de seu interesse, após concedido prazo (fl. 77).

1.6 A **Assessoria Técnica – ATJ** pronunciou-se nos seguintes termos:

a) a **Unidade de Cálculo** (fl. 79), diante da ausência de justificativas e, após análise efetuada, acompanhou integralmente, o resultado da aplicação no ensino (fl. 36 do relatório):

Aplicação no Ensino: 25,38%;

FUNDEB/Magistério: 52,74%;

FUNDEB Total Aplicado : 82,29%;

b) a **Unidade de Economia** (fls. 80/81) manifestou-se pela emissão de parecer **desfavorável**, considerando o aspecto orçamentário/financeiro uma vez que os números obtidos pela Municipalidade demonstram uma péssima posição, já que houve um



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



aumento tanto no resultado negativo da execução orçamentária quanto no resultado financeiro deficitário;

c) a Unidade Jurídica (fls. 82/87) posicionou-se pela emissão de parecer **desfavorável**, em face da desobediência à legislação aplicável à Educação (artigo 60, XII do ADCT e artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07) bem como quanto ao pagamento a menor dos precatórios devidos no exercício.

Sugere o tratamento em autos específicos da contratação de empresa para recuperação de créditos tributários, no valor de R\$ 450.000,00 sem licitação prévia;

d) a i. Chefia (fl. 88), acompanhando as manifestações das Unidades de Cálculo, Economia e Jurídica, manifestou-se pela emissão de juízo **desfavorável** às contas.

1.7 O **DD. MPC** (fls. 89/91) opinou, também, pela emissão de parecer **desfavorável**, salientando que encaminhou cópia do relatório de Fiscalização ao Ministério Público Estadual da Comarca de Itapuí por meio do Ofício nº 94/2013 para as medidas julgadas pertinentes.

1.8 A **D. SDG** (fls. 98/102) manifestou-se pela emissão de parecer **desfavorável** das contas em exame tendo em conta:

- a situação econômico-financeira do Município, mantendo a tendência dos exercícios anteriores (2008 a 2010) com déficits sequenciais de 5,84%, 8,97% e 2,31% acarretando a elevação do resultado financeiro no exercício de R\$ 4.657.167,44 (correspondendo a 2,18 meses da receita arrecadada);

- o não atendimento dos mínimos legais exigidos na aplicação do ensino (utilização de 82,29% das receitas do FUNDEB e 52,74% no pagamento dos profissionais do magistério);

- abertura de créditos adicionais em 31,84% (percentual acima da inflação);

1.9 Pareceres anteriores:

2010 – **TC-002481/026/10**: desfavorável¹. DOE-SP de 05-07-12. Relator E. Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI;

¹ Situação econômico-financeira, FUNDEB (artigo 60, XII do ADCT e artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



2009 – **TC-000083/026/09**: desfavorável². Pedido de Reexame. Conhecido. Não Provido. DOE-SP de 02-03-11 e 05-12-12. Relator E. Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES;

2008 – **TC-001618/026/08**: desfavorável³. DOE-SP de 11-05-10. Relator E. Conselheiro ROBSON MARINHO.

1.10 Dados Complementares:

a) Receita *per capita* do Município em relação à média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2011	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ABAIXO DA MÉDIA
R\$ 25.596.565,91	12.157	R\$ 2.105,50	R\$ 2.118,07	0,59%

Fonte: AUDESP.

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2008	2009	2010	2011
Déficit/Superávit	(5,84%)	(8,97%)	(2,31%)	(3,90%)

Fonte: Fls. 27, 104, 106 e 110 dos autos.

c) Indicadores de Desenvolvimento

4ª série/5º ano

IDEB Projetado x Observado

Entes Federativos	Projetado					Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013
-	-	-	-	-	-	5	-	9	-	-
Itapuí	-	-	4,8	5,1	5,4	-	4,6	6,3	6,1	-

Comparativo com o Federal e o Estadual

<u>Entes Federativos</u>	<u>Observado</u>				
	<u>2005</u>	<u>2007</u>	<u>2009</u>	<u>2011</u>	<u>2013</u>
-	-	4,6	6,3	6,1	-
Município Itapuí	-	4,6	6,3	6,1	-
Estado de SP - Pública	4,5	4,8	5,3	5,4	-
Brasil - Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	-

² Situação econômico-financeira, ausência de aplicação da parcela diferida do FUNDEB e precatórios.

³ FUNDEB (artigo 60, XII, do ADCT e artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07), precatórios, artigo 42 da Lei Fiscal e aumento do déficit financeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Percentuais Atingidos pelo Município

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011
Artigo 212 CF (25%)	28,98%	25,77%	26,51%	25,38%
FUNDEB (100%)	-	54%	97,16%	82,29%
Artigo 60 ADCT	-	46,18%	63,32%	52,74%

Fonte: endereço eletrônico <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Fonte: (*) Relatório de Fiscalização: Exercício de 2005 - TC-002500/026/05, Exercício de 2007 - TC-002089/026/07, Exercício de 2009 - TC-000083/026/09.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de Itapuí** cumpriu seu dever constitucional ao aplicar **18,10%** na saúde. Também respeitou o limite legal máximo admitido pela LRF em relação às despesas com pessoal, que atingiram **44,27%** da receita corrente líquida.

Recolheu os encargos sociais⁴ (INSS, FGTS, PASEP e parcelamentos de débitos anteriores) e realizou os repasses dos duodécimos ao Legislativo, observando o limite do artigo 29-A da Constituição Federal.

Não houve apontamentos em relação aos pagamentos dos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito.

2.2 Nos demais aspectos, entretanto, ressentem-se as contas em exame de irregularidades graves capazes de comprometê-las por inteiro.

Refiro-me ao ensino, resultados orçamentário e financeiro e precatórios.

Após ajustes realizados pela Fiscalização, restou demonstrado que o Município não cumpriu o disposto no artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07, tendo aplicado somente **82,29%** dos recursos provenientes do FUNDEB no exercício de 2011. Ressalto que, mesmo sem as exclusões realizadas, o percentual aplicado pelo Município encontrava-se abaixo do mínimo exigido no mencionado diploma legal⁵.

Como bem observado pela D. SDG (fl. 100), a Prefeitura foi alertada⁶, durante o exercício, com ênfase, com relação à utilização dos

⁴ Com exceção sobre os subsídios pagos ao Prefeito e Vice-Prefeito Municipais.

⁵ O valor informado ao AUDESP como aplicação de recursos ao FUNDEB foi de R\$ 3.689.199,96, ou seja, 88,59% do total recebido, fl. 40.

⁶ Pesquisa realizada no endereço eletrônico www.audesp.sp.gov.br/audesp/pesquisardocumento.do - Relatórios de Alertas de Acompanhamento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



recursos do FUNDEB e nada fez para alterar a situação irregular.

Além disso, houve descumprimento também ao artigo 60, XII, do ADCT, pois o percentual aplicado com a remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica foi de **52,74%**.

Portanto, conforme consolidada jurisprudência desta Corte⁷, o não atendimento aos mínimos estabelecidos pela legislação vigente na aplicação dos recursos do FUNDEB bem como na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica enseja a emissão de parecer **desfavorável** às contas em exame.

Não bastassem tais irregularidades, aponta a Fiscalização para um gravíssimo descontrole no setor de tesouraria quanto à conta dos recursos do FUNDEB, apurando-se, ao final, uma insuficiência de R\$ 4.018.876,87⁸.

Importante ressaltar que o Município vem descumprindo os limites legais relativos ao ensino **desde o exercício de 2008**⁹, razão, dentre outras, pela emissão de sucessivos juízos de desaprovação às suas contas.

Quanto aos resultados, o Município apresentou índices, novamente, desfavoráveis.

A Equipe de Fiscalização (fl. 27) demonstrou que houve, no exercício, excesso de arrecadação de R\$ 1.644.565,91 (6,87% da receita prevista, de R\$ 23.952.000,00). Ainda assim, o resultado da execução orçamentária foi deficitário em R\$ 997.065,68, 3,90% da receita efetivamente arrecadada de R\$ 25.596.565,91. Ressalte-se que não havia

Gestão Fiscal - documentos nºs 1288245 (setembro/2011), 1208880 (junho/2011) e 1196949 (março/2011).

⁷ TC-2483/026/07, TC-1673/026/08, TC-2474/026/07.

⁸ Demonstrativo à fl. 37 do relatório:

Recebimento do Fundeb + Rendimentos (fls. 29/31 do anexo)	R\$	4.164.487,43
(+) Saldo do ano anterior (cf. processo TC 002481/026/10)	R\$	7.771,78
(-) Pagamentos em 2011 (cf. dados extraídos da planilha Pentaho)	R\$	1.919.034,57
(=) SALDO CONCILIADO QUE DEVERIA HAVER EM BANCO (31.12.2011)	R\$	2.253.224,64
(-) Saldo em banco conciliado (Boletim de Caixa de fls. 64 do Anexo I)	R\$	6.270,03
(=) VALOR A MENOR (DIFERENÇA)	R\$	2.246.954,61
(+) Saldo a menor acumulado vindo de exercícios anteriores	R\$	1.771.922,26
(=) SALDO BANCÁRIO A MENOR ACUMULADO	R\$	4.018.876,87

⁹

Exercícios	2008	2009	2010	2011
FUNDEB (artigo 21 da Lei federal nº 11.494/07)	74,93%	97,16%	78,61%	82,29%
FUNDEB (artigo 60, XII do ADCT, remuneração dos profissionais do magistério)	55,42%	-	52,76%	52,74%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



superávit financeiro do exercício anterior que pudesse amparar mencionado déficit, uma vez que o resultado financeiro relativo ao exercício de 2010 foi igualmente deficitário, no montante de R\$ 4.011.178,65¹⁰.

Além do resultado orçamentário deficitário, as contas apresentam outros indicadores econômico-financeiros que demonstram, de forma indubitosa, que não houve um severo acompanhamento da gestão orçamentária por parte da Municipalidade, como recomenda o artigo 1º, § 1º, da LRF¹¹.

O resultado financeiro apresentado no Balanço Patrimonial foi deficitário em R\$ 4.917.413,69; 22,59% maior do que o do exercício de 2010.

A situação de endividamento do Município mostra-se bastante grave também. O Endividamento de Longo Prazo cresceu 11,91%, passando de R\$ 45.029.681,39 para R\$ 50.392.711,27. O total do endividamento (curto e longo prazo), R\$ 55.702.198,89¹², representa **217,62%** das Receitas Arrecadadas do Município, no montante de R\$25.596.565,91. A consequência deste endividamento refletiu-se no limite legal imposto pela Resolução nº 40 de 2001¹³, artigo 3º, II¹⁴, pois o

¹⁰ Resultado financeiro calculado conforme orientação contida no Fórum SDG 77: "O Resultado financeiro deve ser extraído da diferença entre o Disponível Financeiro e a Dívida Flutuante, sem considerar os grupos Realizável, Exigível e Diversos do Ativo e Passivo Financeiro".

Dados de fls. 05/06 do Anexo:

	Disponível - R\$	Dívida Flutuante - R\$	Resultado - R\$
2010	349.833,25	4.361.011,90	(4.011.178,65)
2011	392.073,93	5.309.487,62	(4.917.413,69)

¹¹ **"Artigo 1º** Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."

¹² Dívida de Curto Prazo (Dívida Flutuante) – R\$ 5.309.487,62 (fl. 06 do Anexo).

Dívida de Longo Prazo (valor apurado pela Fiscalização) – R\$ 50.392.711,27 (fl. 30 do relatório).

¹³ Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



saldo da Dívida Consolidada Líquida do Município, no valor de R\$ 50.305.622,50, atingiu o percentual de 199,15% da RCL ajustada (fls. 34/35).

Em suma, apesar do excesso de arrecadação registrado no exercício, o Administrador produziu resultados orçamentário e financeiro deficitários, aumentou o endividamento de longo prazo (11,91%) e apresentou insuficiência financeira frente aos restos a pagar da Municipalidade (*restos a pagar R\$ 3.855.379,37 (-) disponibilidade financeira R\$ 392.073,93, insuficiência financeira de R\$ 3.463.305,94*).

Aliás, não é de agora que a situação orçamentária se apresenta comprometida, já que o Município, conforme exposto, vem apresentando, desde o exercício de 2008, sucessivos déficits orçamentários.

Frise-se que a jurisprudência dominante desta E. Corte não é complacente com a falta de controle sobre a execução orçamentária e o desrespeito a um dos pilares básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal: a obtenção de superávits de modo a reduzir o endividamento. Cito, a título de exemplo, o decidido nos autos dos TC's 002220/026/07, 002100/026/08, 002152/026/08, 002878/026/06 e 002597/026/07.

A comprometer as contas do Município, apurou a Fiscalização (fl. 45), ainda, o não pagamento integral da dívida de precatórios no exercício em exame: o valor devido referente à opção escolhida (mensal) era de R\$ 329.825,17 e foi depositado nas contas vinculadas o valor de R\$ 269.690,96.

Finalmente, a abertura de créditos adicionais no montante de 31,84% da receita inicialmente prevista corrobora o juízo de reprovabilidade, em virtude do desajuste fiscal apurado ao término do exercício.

2.3 Aduza-se que restaram, para mais, caracterizadas as impropriedades apontadas no relatório da fiscalização nos itens a seguir relacionados: Planejamento das Políticas Públicas”; “Dívida de Curto

¹⁴ “**Artigo 3º** A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a:

...

II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do artigo 2º” (grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Prazo”; “Dívida de Longo Prazo”; “Fiscalização de Receitas”; “Renúncia de Receitas”; “Dívida Ativa; “Análise dos Limites e Condições da LRF”; “Saúde”; “Royalties”; “Encargos”; “Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais”; “Transferências à Câmara dos Vereadores”; “Ordem Cronológica de Pagamentos”; “Formalização das Licitações; Licitações – Falhas de Instrução”; “Execução Contratual”; “Análise do Cumprimento das Exigências Legais”; “Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP”; “Pessoal”; e “Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal”.

2.4 Diante do exposto, acompanho as manifestações convergentes da Assessoria Técnica, DD. Ministério Público de Contas e D. SDG e voto pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas em exame, determinando à Municipalidade que deposite em conta vinculada, nos termos do Comunicado SDG nº 07/09, e aplique efetivamente no ensino, no ano posterior à publicação do trânsito em julgado desta decisão, o montante de R\$ 737.542,97¹⁵.

Advirto, ademais, a Prefeitura para que:

a) providencie a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei federal nº 11.445/07;

b) adote providências para aprimorar os mecanismos de planejamento, a fim de que seja possível verificar a eficácia e a efetividade dos programas e ações previstos no PPA e LDO;

c) efetue imediatamente ajustes para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº34/09¹⁶, atentando para os prazos de

¹⁵ Total de Receitas do FUNDEB em 2011: R\$ 4.164.487,43 (100%)
(-) Total de Despesas aplicado no FUNDEB: R\$ 3.426.944,46 (82,29%)
= Diferença não aplicada: R\$ 737.542,97 (17,71%)

¹⁶ “O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO **alerta** que constitui falha grave a ausência de fidelidade das informações enviadas ao Tribunal de Contas em relação àquelas registradas na Origem, vez que ofende aos princípios da transparência (artigo 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

As informações enviadas ao Sistema AUDESP devem corresponder aos fatos registrados na Origem; alterações posteriores devem seguir normas, procedimentos e princípios aceitos pela ciência contábil.
(...)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



encaminhamento dos documentos exigidos por esse Sistema deste Tribunal;

d) cumpra as normas orçamentárias, respeitando o limite para autorização de abertura de créditos adicionais, nos termos do artigo 165, § 8º, da Constituição Federal (Comunicado SDG nº 29/2010¹⁷);

e) observe o disposto em sua Lei Orçamentária Anual e realize cuidadoso acompanhamento da gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF, atendendo ao disposto no artigo 167, VI, da Constituição Federal.

f) contabilize corretamente a dívida relativa aos Precatórios;

g) efetue rigoroso controle na movimentação financeira dos recursos do FUNDEB e forneça as condições necessárias ao Conselho do FUNDEB para que o mesmo exerça sua função fiscalizadora nos termos da Legislação vigente;

h) respeite as normas da Lei federal nº 8.666/93, formalizando adequadamente os processos licitatórios, com pesquisas de preços correspondentes, de modo que seja atingido o objetivo da licitação, com a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração;

i) regularize imediatamente, no que respeita ao controle Interno, a incompatibilidade de funções, observando o disposto no Comunicado SDG nº 32/2012 (DOE 29-09-2012).

Determino, por fim:

a) que o acessório TC-000953/126/11 e o Expediente TC- 000766/002/11 permaneçam apensados a estes autos;

b) a abertura de autos próprios para tratar da Inexigibilidade de Licitação nº 01/11 e sua respectiva execução contratual;

¹⁷ **COMUNICADO SDG nº 29/2010**

"(...)

1. Para satisfazer princípio básico de responsabilidade fiscal, os programas governamentais devem ser bem previstos, daí evitando as constantes alterações ao longo da execução orçamentária.

2. O projeto orçamentário agregará todas as entidades públicas do nível de governo, o que inclui Administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; isso, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição.

3. Nos moldes do § 8º da mencionada norma, a autorização para créditos suplementares não deve superar os índices de inflação esperados para 2011, de forma a impedir a desfiguração da lei orçamentária.

4. Tendo em mira o princípio orçamentário da exclusividade, os institutos constitucionais da transposição, remanejamento e transferência serão objeto de lei específica e, não, de autorização genérica no orçamento anual (art. 167, VI da CF).

(...)".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



c) a abertura de autos próprios para tratar dos Convites nº 40/11;

A Fiscalização verificará, na próxima inspeção, o cumprimento das providências regularizadoras.

Cópias do relatório de Fiscalização e do presente voto serão encaminhadas ao Ministério Público do Estado, para ciência e providências que considerar cabíveis.

2.5 Anoto que as admissões são objeto de processo específico, nos termos das Instruções desta Corte (TC-001446/002/12, Regular. DOE-SP de 23-01-13; TC-001447/002/12, Regular. DOE-SP de 12-12-12). O mesmo ocorre com as transferências ao Terceiro Setor (TC-001395/002/12, Regular. DOE-SP de 07-05-13).

2.6 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2013.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO